

ipea

Instituto de Planejamento Econômico e Social

IPLAN

Instituto de Planejamento

**Texto para Discussão
nº 4**

**Crescimento Urbano e Oferta
de Empregos Formais no Nor-
deste no Período 1970/1980**

Edgar Bastos de Souza

Outubro de 1988

 INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Instituto de Planejamento - IPLAN

Texto para Discussão
nº 4

Crescimento Urbano e Oferta
de Empregos Formais no Nor-
deste no Período 1970/1980

Edgar Bastos de Souza

Outubro de 1988

O IPEA - Instituto de Planejamento Econômico e Social, é uma fundação vinculada à SEPLAN, composta pelo Instituto de Planejamento (IPLAN), Instituto de Pesquisas (INPES) e Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (CENDEC).

Ministro-Chefe da SEPLAN: João Batista de Abreu

Presidente do IPEA: Ricardo Luís Santiago

Diretor do IPLAN: Flávio Rabelo Versiani

Diretores-Adjuntos: Joaquim Pinto de Andrade e Solon Magalhães Vianna

Coordenadoria de Agricultura e Abastecimento: Guilherme Costa Delgado

Coordenadoria de Educação e Cultura: Divonzir Arthur Gusso

Coordenadoria de Emprego e Salários: Ricardo Roberto de Araújo Lima

Coordenadoria de Desenvolvimento Regional: Aureo Miranda

Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente: Edgar Bastos de Souza

Coordenadoria de Indústria e Tecnologia: Francisco Almeida Biato

Coordenadoria de Minas e Energia: José Cechin

Coordenadoria de Planejamento Macroeconômico: João do Carmo Oliveira

Coordenadoria de Saúde e Previdência Social: Maria Emília Rocha Mello de Azevedo

Coordenadoria de Setor Externo: Renato Coelho Baumann das Neves

Coordenadoria de Transportes e Comunicações: Sérgio de Azevedo Marques

Comitê Editorial do IPLAN:

• Flávio Rabelo Versiani - Presidente

• Ana Amélia Camarano

• Eduardo Felipe Ohana

• Joaquim Pinto de Andrade

• Lélío Rodrigues

• Manuel José Forero Gonzales

• Renato Coelho Baumann das Neves

Tiragem: 150 exemplares

Este trabalho é de responsabilidade do(s) autor(es). As opiniões nele contidas não representam necessariamente o ponto de vista do IPLAN, ou da SEPLAN.

SUMÁRIO

	Pág.
I. Introdução	03
II. Teorias do Crescimento Econômico Urbano	06
III. Crescimento dos Centros Urbanos no Contexto Regional	09
IV. Crescimento dos Centros Urbanos por Classe de Tamanho	13
V. Desempenho de cada Centro Urbano	16
VI. Correlação entre Crescimento da População e Crescimento do Emprego no Setor Formal	19
VII. Conclusões	21
Anexo Estatístico	
Referências Bibliográficas	

RESUMO

O presente trabalho estuda a relação entre as taxas de crescimento da população - dos centros urbanos da Região Nordeste que, em 1980, possuíam mais de 50 mil habitantes - com as taxas de crescimento do número de empregos na indústria, comércio, prestação de serviços e administração pública, durante a década de setenta.

No período 1970/1980, o Nordeste e os centros estudados registraram taxas de crescimento do emprego mais elevadas do que as médias nacionais. Entretanto, a proporção da população urbana da região, empregada nos quatro setores, ficou em níveis bastante inferiores aos observados para o País como um todo e não impediu que o Nordeste registrasse migração líquida negativa.

I. INTRODUÇÃO*

As cidades brasileiras, sobretudo aquelas localizadas nas áreas de menor desenvolvimento, como o Nordeste, têm registrado, durante décadas, um descompasso entre o aumento da população e o crescimento das atividades econômicas. O aumento acumulado da população desempregada e subempregada se reflete na estrutura destas cidades, que mesclam, no mesmo espaço, áreas ocupadas por habitantes de renda mais elevada, portanto dotadas da necessária infra-estrutura e de equipamentos urbanos, com áreas "periféricas", ocupadas pelos estratos inferiores de renda e desprovidas de condições adequadas de vida.

A expansão urbana, que não encontra correspondência com a oferta de emprego e renda, é atribuída mais a fatores de expulsão das regiões de origem do que ao poder de atração das cidades. Apesar da ausência real de oportunidades, a perspectiva de que possam vir a concretizar-se no futuro e a disponibilidade de algumas facilidades (inexistentes no meio rural, nas pequenas cidades, vilas e povoados) são suficientes para fazer crescer aceleradamente os centros urbanos de maior porte, concentrando e reconcentrando a população em poucos pontos do território.

A década de 70 foi, para o Brasil, um período de rápido crescimento econômico, sobretudo do setor industrial. A Região Nordeste, graças ao período de prosperidade vivido pelo País, combinado com os programas de desenvolvimento regional, progrediu mais do que a média nacional - exceto o setor agrícola -, experimentando rápida expansão da oferta de empregos nos setores secundário e terciário.

Este trabalho objetiva estudar o aumento da população e do número de empregos, na década passada, nos centros urbanos do Nordeste que registraram mais de 50 mil habitantes no Censo de 1980¹.

*Agradeço a Lélcio Rodrigues e Eliseu Calsing, colegas do IPLAN, pelas críticas e comentários feitos à primeira versão deste ensaio. Obviamente os erros remanescentes são de minha inteira responsabilidade.

¹O conceito de centro urbano, aqui utilizado, refere-se à cidade como uma unidade funcional e não como uma unidade político-administrativa. Deste modo, as regiões metropolitanas e as aglomerações urbanas foram consideradas, cada uma, um único centro urbano.

Metodologia

O crescimento da população urbana será comparado com a variação do número de empregos formais levantados pela Fundação IBGE nos Censos Econômicos de 1970 e 1980 (indústria de transformação, comércio e prestação de serviços) e com o aumento da força de trabalho alocada na administração pública. São utilizadas as informações referentes ao emprego no setor público, obtidas no Centro Demográfico/Mão-de-Obra, presumindo-se que este setor não admite atividades informais e que, por outro lado, é grande absorvedor de mão-de-obra.

Para o estudo do número de empregos registrados nos Censos Econômicos, utilizou-se a média mensal do pessoal ocupado em todos os estabelecimentos recenseados.

As limitações do trabalho são muitas. Em primeiro lugar, o uso de dados de levantamentos que utilizam metodologias distintas (Censo Econômico e Demográfico) deveria ser evitado. Além disso, os setores incluídos nos Inqueritos Especiais da FIBGE não foram aqui considerados por não detalharem as informações ao nível dos municípios. Em 1980, o emprego total registrado nos 12 Inqueritos (instituições financeiras, construção civil, transporte, serviços industriais de utilidade pública, etc.) foi de cerca de 3 milhões no Brasil (aproximadamente 10% da PEA urbana) e mais de 387 mil no Nordeste (cerca de 7% da PEA urbana regional).

De qualquer forma, não existem informações disponíveis que possam revelar o número total de empregos formais da economia com relativa precisão. Tampouco foi possível estimar com segurança a PEA urbana dos centros incluídos neste estudo. A FIBGE divulga, ao nível dos municípios, o total da PEA (urbana + rural) dividida por setores.

Os Centros Urbanos Estudados

Este estudo cobre os 28 centros que, no Censo de 1980, registraram população urbana total acima de 50 mil habitantes. Portanto, abrange 58 municípios, sendo três regiões metropolitanas, oito aglomerações urbanas e 17 cidades isoladas. Estes centros representavam, em 1980, 54,4% da população urbana do Nordeste e foram responsáveis pela absorção de 54,9% do aumento da população das cidades e vilas nos anos 70.

A posição dos centros na hierarquia urbana da região é obviamente alta. Um estudo realizado pela FIBGE² registrou a existência, entre as 28 unidades funcionais aqui consideradas, de três metrópoles regionais (Recife, Salvador e Fortaleza), cinco centros submetropolitanos (Teresina, São Luís, Natal, Maceió e Aracaju), 16 carol-

²FIBGE/DEGEO/SUEGE/DT, "Região de Influência das Cidades", 1980, mimeo.

tais regionais (Sobral, Crato/Juazeiro do Norte, Mossoró, Caruaru, Garanhuns, Petrolina/Juazeiro, João Pessoa, Campina Grande, Patos, Arapiraca, Feira de Santana, Alagoinhas, Ilheus/Itabuna, Vitória da Conquista, Jequié e Imperatriz), dois centros sub-regionais (Vitória de Santo Antão e Parnaíba) e dois centros de zona (Caxias e Paulo Afonso).

A Tabela 1, em anexo, lista os 28 centros e os municípios integrantes.

REGIÃO NORDESTE

CENTROS URBANOS COM POPULAÇÃO
ACIMA DE 50 mil HABITANTES (EM 1980)



11. TEORIAS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO URBANO

Tradicionalmente, o processo de urbanização envolve liberação de mão-de-obra no sentido campo-cidade e, eventualmente, concentração populacional nas cidades que ocupam posições mais elevadas na hierarquia urbana. Ao mesmo tempo, o produto das atividades econômicas sofre modificações na sua composição setorial.

A liberação de mão-de-obra é possível com o aumento da produtividade nas atividades primárias e o aparecimento/crescimento das cidades e garantido pela atividade industrial e de prestação de serviços.

Os migrantes dirigem-se predominantemente para as cidades que possuem maior poder de atração, isto é, aquelas onde a oferta de emprego é maior e a disponibilidade de infra-estrutura e de serviços urbanos propiciam melhor qualidade de vida.

Assim, o crescimento urbano compatível com a oferta de empregos depende do crescimento econômico que, por sua vez, depende da demanda por bens e serviços produzidos na cidade. A demanda das áreas de entorno das cidades mais dinâmicas (e delas próprias) e que ocasiona a geração de empregos e de renda e permite a oferta adequada de serviços públicos.

Dois teorias tentam explicar o crescimento urbano, a partir do comportamento de variáveis econômicas.

A primeira deriva do estudo da distribuição espacial das atividades terciárias. Ao confrontar a oferta de tais serviços com a demanda dos consumidores, chega-se a uma hierarquia das cidades, onde, no topo, estão aquelas que atendem a todo o mercado com bens e serviços mais especializados e, ao final da rede, as que suprem sua área mais próxima com serviços básicos essenciais, apresentando, nas outras áreas, diversos graus intermediários de atendimento.

Segundo Andrade & Lodler, "esta teoria pode ser entendida como de crescimento urbano se entendermos que o crescimento de uma cidade é dependente da demanda do seu hinterland, ou seja, é dependente do mercado local de bens e serviços ofertados neste centro urbano. O nível de renda e o tamanho populacional delimitam a área de mercado e a variedade de bens e serviços ofertados no centro urbano e estes determinam o nível de renda de seus habitantes. Assim, a variável-chave para o crescimento sustentado da cidade é a demanda dos seus habitantes e da região servida por seus bens e serviços. Desta forma, um tamanho crescente da população de um centro urbano, se significar também um crescimento na renda dos seus habitantes, imprimirá, via expansão da demanda, força ao movimento de crescimento econômico da cidade"³.

³ANDRADE, T.A. & LUDDER, C.A., "Sistema Urbano e Cidades Médias no Brasil", IPEA, Coleção Relatórios de Pesquisa nº 43, 1979.

A segunda teoria, da base econômica, também enfatiza a importância da demanda, porém a variável mais importante é a exportação. As atividades urbanas podem ser divididas em básicas e não-básicas. As básicas produzem bens e serviços de exportação para o meio rural e para outras cidades. As não-básicas produzem para o consumo da própria cidade. Parte do produto das atividades básicas é consumido na própria cidade.

São as atividades básicas de exportação que garantem o crescimento das cidades, tanto econômico quanto populacional. Os bens e serviços exportados e que definem a função da cidade.

Um centro urbano só pode crescer equilibradamente se as atividades básicas crescerem a um ritmo suficiente para empregar os novos contingentes populacionais resultantes de seu crescimento vegetativo e da imigração.

Ao estudar esta teoria, Singer diz que "o tamanho da cidade é definido pela sua capacidade de importar, que resulta do valor de sua exportação. Se o valor da exportação é alto, o nível de renda é alto, o que geralmente atrai migrantes, acarretando o aumento de sua população e, conseqüentemente, as atividades de consumo interno"⁴. O nível de renda, traduzido pela demanda efetiva da população circundante (urbana e rural) e a integração dos mercados e que asseguram um crescimento urbano equilibrado. Caso estas condições não existam, haverá emigração e o surgimento de desemprego e de mão-de-obra subutilizada.

Para Lu, Vetter e Rizzieri, "as fontes de crescimento econômico de uma cidade não podem ser inferidas pelo tamanho de sua população apenas; pelo contrário, elas dependem das funções econômicas destes assentamentos e o seu grau de integração com outras cidades e mercados"⁵.

As duas teorias são capazes de explicar, apenas parcialmente, o crescimento das cidades localizadas em países ou áreas subdesenvolvidas. Ao crescimento econômico das cidades (forças de atração) se somam os chamados fatores de expulsão da população do meio circundante (rural e urbano), que determinam grande parte do movimento espacial da população.

No caso da Região Nordeste, a existência de latifúndios improdutivos, a ocorrência de prolongados períodos de estiagem e as altas taxas de natalidade explicam grande parte da migração. O baixo nível de renda, ao impedir a realização da demanda potencial por bens e serviços, ocasiona a existência de cidades desequilibradas. Para Singer, "as cidades ditas inchadas se encontram em regiões não de-

⁴SINGER, P., "Economia Política da Urbanização", Ed. Brasiliense/CEBRAP, 1975.

⁵LU, M., VETTER, D., RIZZIERI, J., "Cidades de Porte Médio e Desenvolvimento Nacional: Proposta de Centros Urbanos para CPM-II", MIN-TER/SDU/CPM, 1984, mimeo.

envolvidas, em cujo hinterland a produtividade agrícola é baixa e o mercado para produtos industriais é quase inexistente"⁶.

De qualquer forma, o crescimento demográfico maior de determinadas cidades deve expressar um melhor desempenho econômico, ou uma perspectiva futura de crescimento, se comparadas, pelo menos em parte, com as demais. Outros fatores de expulsão e atração são também importantes e devem ser considerados, como os de natureza cultural e política, por exemplo.

O capítulo VI verificará a correlação entre crescimento da população urbana e da oferta de empregos formais no Nordeste, no período estudado.

⁶SINGER, P., op. cit.

III. CRESCIMENTO DOS CENTROS URBANOS NO CONTEXTO REGIONAL

Este capítulo analisa o crescimento econômico e demográfico e a elevação no nível de emprego nos 28 centros urbanos agregadamente, comparando os resultados com as médias da região e do País.

Crescimento Econômico

Na ausência de informações sobre a evolução do produto, da renda e da despesa ao nível dos municípios, a expansão econômica dos centros urbanos poderia ser analisada de modo indireto, mediante estudo de certas variáveis representativas, como aumento da arrecadação de tributos e do valor da produção, por exemplo. No entanto, preferiu-se, neste trabalho, analisar sucintamente o crescimento da região como um todo.

O desenvolvimento da economia nordestina tem sido tradicionalmente lento e desequilibrado, fruto de uma industrialização tardia e pouco assentada na estrutura produtiva regional. Os eventuais avanços obtidos, principalmente nas duas últimas décadas, pouco afetaram o desemprego, o subemprego e a pobreza.

No período 1970-1980, o crescimento econômico da região foi bastante significativo e, por meio do comportamento dos agregados regionais, pode-se inferir que os 28 centros em estudo apresentaram, em conjunto, resultados expressivos, se se considerar que o desenvolvimento do setor secundário ocorreu predominantemente nas áreas urbanas.

Enquanto o PIB total do Brasil aumentou 118,9%, o do Nordeste cresceu 135,7%; o produto industrial nacional aumentou 131,3% e o da região 142,0%. Estes dados, no entanto, contrastam com o fraco desempenho da agricultura. (Ver Tabela 2).

O resultado observado na indústria pode ser atribuído a política de desenvolvimento regional promovida pelo Governo Federal a partir da criação da SUDENE, concomitantemente com o período de crescimento acelerado de toda a economia brasileira. Os índices devem refletir também a pequena base da indústria regional.

Este desenvolvimento industrial tem, por outro lado, falhado em dinamizar a economia regional, em gerar um crescimento sustentado. Guimarães Neto, ao estudar a industrialização e a geração de empregos no Nordeste, mostra que o setor industrial tem poucas ligações com a base de recursos e a estrutura produtiva da área, pois 48% dos insumos são adquiridos fora e apenas 4% dos bens de capital são produzidos na própria região. Predomina a indústria de capital intensivo, produtora de bens intermediários e de consumo durável, cuja produção é vendida, em sua maior parte, para o Centro-Sul⁷.

⁷ GUIMARÃES NETO, L., "Notas sobre o Emprego e a Indústria no Nordeste", in "Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste" (Anais do Seminário realizado em Brasília), Convênio IPEA/CEPAL, 1985.

A agricultura não alcançou metade do crescimento da indústria e do PIB regional: 59,4% contra 66,1% do País, revelando que o setor primário não recebeu do Governo a atenção dispensada às demais atividades. No caso do Nordeste, houve o agravante de o nível de produção e de produtividade estarem assentados em bases extremamente inferiores às médias do País.

O modesto desempenho da agricultura é atribuído ao latifúndio improdutivo, ao atraso tecnológico e às secas periódicas, questões não enfrentadas com determinação pelos sucessivos governos e pela sociedade. Em consequência, o setor primário pouco tem contribuído para criar uma demanda real por bens e serviços urbanos, não se entrosando com o setor industrial.

Dinâmica Demográfica

O aumento da população urbana do Nordeste, na década de 1970-1980, deveu-se à forte migração rural - urbana ocorrida dentro da própria região. Neste período, cerca de 5,0 milhões de pessoas, ou seja, 30% da população rural regional, deixaram o campo com destino às cidades. Em consequência, a população urbana cresceu 4,1% ao ano e a rural apenas 0,5% ao ano⁸.

Enquanto a população urbana do Nordeste aumentou, de 11.981 mil em 1970 para 17.960 mil em 1980 (4,1% ao ano), o conjunto dos 28 centros passou de 6.479 mil para 9.762 mil (4,2% ao ano).

Estas taxas de crescimento foram inferiores à registrada para o País, cuja população urbana passou de 52.109 mil para 80.479 mil no mesmo período, o que corresponde a um aumento de 4,4% ao ano (Tabela 3).

A participação da população dos 28 centros na região manteve-se praticamente constante, passando de 54,1% em 1970 para 54,4% em 1980.

Houve grande variação nas taxas de crescimento dos centros urbanos, individualmente, quando comparadas com a média do conjunto. São Luís, por exemplo, experimentou taxa líquida de migração negativa. A Região Metropolitana do Recife, que registrou o segundo menor crescimento, experimentou apenas um aumento vegetativo. Imperatriz, ao contrário, registrou a maior taxa de todos os centros estudados.

Historicamente, a população total e a população urbana do Nordeste crescem menos do que as das demais regiões brasileiras. Apesar da forte migração intra-regional rural-urbana nos anos 70, a emigração explica porque o Nordeste reduziu sua participação na população urbana do País, passando, de 26,2% em 1940, para 21,8% em 1980 (Tabelas 4 e 5).

⁸ CAMARANO, A.A., "Urbanização e Metropolização na Região Nordeste (Versão Preliminar), CES/IPLAN/IPEA, Brasília, setembro de 1987.

Segundo estimativas de Martine⁹, a migração líquida no período 1970/1980 da região foi negativa, da ordem de 2.218 mil pessoas. Todos os estados tiveram perda líquida de população, exceto o Maranhão.

O Nordeste registrou, também, em 1980, o menor grau de urbanização, medido pela percentagem da população total que vive em áreas urbanas: 50,5% contra 67,6% do País e 82,8% na Região Sudeste (Tabela 6). O grau de urbanização mais baixo revela a importância do setor primário na economia regional.

Crescimento do Emprego no Setor Formal

Considerando-se os 28 centros urbanos em conjunto, a taxa de crescimento do número de empregos nos quatro setores estudados superou amplamente a da população urbana. Na década passada, enquanto a população urbana desses centros cresceu 4,2% ao ano, o total de empregos cresceu 7,28%, sendo 7,25% na indústria, 6,68% no comércio, 12,40% na prestação de serviços e 4,34% na administração pública, este último evoluindo em paralelo com o crescimento demográfico (Tabela 7).

Ao contrário do que poderia ser esperado, o desenvolvimento econômico do Nordeste, a julgar pela variação no número de empregos, não se concentrou fortemente nos centros urbanos de maior porte. Na verdade, a criação de novos empregos formais, na região como um todo, superou a observada nos 28 centros: a taxa anual de crescimento do total de empregos nos quatro setores foi de 7,48%, sendo 6,71% na indústria, 7,41% no comércio, 7,46% na prestação de serviços e 4,81% na administração pública. Assim, os setores industrial e de prestação de serviços tiveram melhor desempenho nos 28 centros, compensados, na região, pela variação ocorrida no comércio e na administração pública (Tabela 7).

A expansão do setor serviços nos 28 centros merece destaque: 12,40% contra 7,46% na região. E que nas cidades maiores estão incluídas todas as capitais dos estados, os pontos de interesse turístico nacional e a população de maior poder aquisitivo, que demanda mais serviços do que as demais classes de renda.

Os 28 centros e o Nordeste superaram o crescimento do número de empregos no País: no total, na indústria, no comércio e na administração pública. As taxas de crescimento para o País foram de 6,83% no total, 6,38% na indústria, 6,11% no comércio, 11,64% na prestação de serviços e 4,10% na administração pública. O setor de prestação de serviços cresceu mais no País do que no Nordeste, porém menos que nos 28 centros, confirmando o vigoroso desempenho do setor nas maiores cidades da região.

⁹MARTINE, G., "Notas sobre os Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1980", CIT/CNRH/IPEA, Brasília, abril de 1981.

Entre 1970 e 1980, observou-se ligeira concentração do emprego industrial nos 28 centros, que aumentou de 55,9% para 58,8% sua participação no total regional, o mesmo acontecendo no setor serviços, que passou de 55,4% para 58,4%. Em compensação, caiu a participação destes centros no setor comercial e na administração pública, de 49,3% para 46,1% e de 69,9% para 66,7%, respectivamente.

O rápido crescimento dos postos de trabalho, tanto na região quanto nos 28 centros, serviu para elevar a proporção da população urbana que trabalha nos quatro setores estudados, muito embora os valores ainda estejam abaixo da média nacional. Em 1970, o Brasil empregava 12,1% da população urbana nestas quatro atividades, o Nordeste, 8,6% e os 28 centros, 9,0%. Em 1980, as percentagens subiram para 15,3% (Brasil), 11,8% (Nordeste) e 12,0% (28 centros). Assim, o aumento relativo maior ocorreu no Nordeste como um todo e nos 28 centros (Tabela 8).

Ao final da década, a participação do Nordeste no total nacional de empregos dos quatro setores (Tabela 9) apresentou ligeira melhoria, passando de 16,2% em 1970 para 17,2% em 1980. Setorialmente, a posição da região também progrediu, de 10,5% para 10,8% na indústria, de 22,2% para 25,1% no comércio, de 17,0% para 17,3% na prestação de serviços e de 19,5% para 20,9% na administração pública. Estes avanços, no entanto, não foram suficientes para evitar a forte migração para outras regiões.

A participação dos 28 centros no total de empregos dos quatro setores no Nordeste, de 56,5% em 1970, registrou 55,4% em 1980, graças ao crescimento mais acentuado do número de empregos no comércio e na administração pública nos centros urbanos com menos de 50 mil habitantes (Tabela 10).

IV. CRESCIMENTO DOS CENTROS URBANOS POR CLASSE DE TAMANHO

O capítulo anterior estudou a evolução do número de empregos e da população urbana dos 28 centros em conjunto, comparando os resultados com as taxas do Nordeste e do Brasil.

A seguir, apresenta-se breve análise destes resultados, agrupando-se os centros urbanos segundo o tamanho populacional (Tabela 11).

<u>Classe de Tamanho</u>	<u>População Urbana em 1980</u>	<u>Centros Urbanos</u>
5	mais de 1.000.000	Recife, Salvador e Fortaleza
4	500.001 - 1.000.000	Nenhum
3	250.001 - 500.000	João Pessoa, Natal, Teresina, Aracaju, São Luis, Maceió
2	100.001 - 250.000	Itabuna/Ilhéus, Crato/Juazeiro do Norte, Petrolina/Juazeiro, Feira de Santana, Campina Grande, Caruaru, Vitória da Conquista, Mossoro, Imperatriz
1	50.001 - 100.000	Arapiraca, Jequié, Sobral, Alagoinhas, Paranaíba, Garanhuns, Vitória de Santo Antão, Paulo Afonso, Caxias e Patos

Crescimento da População

A classe que apresentou a maior taxa de crescimento populacional foi aquela que, em 1980, possuía entre 250 mil e 500 mil habitantes (Classe 3), e que inclui as seis capitais de estado não-metropolitanas. Esta classe cresceu, em conjunto, 4,66% ao ano. A maior taxa foi registrada na Aglomeração Urbana de Teresina/Timon (7,19% ao ano), que dobrou sua população na década. A mais baixa, na Aglomeração Urbana de São Luis (1,96% ao ano).

O segundo maior aumento foi observado na Classe 2 (entre 100 mil e 250 mil habitantes): 4,55%. Esta classe inclui três aglomerações urbanas e algumas das "segundas cidades" dos estados. O resultado foi influenciado pelo forte crescimento de Imperatriz (12,41% ao ano). As menores taxas foram observadas em centros urbanos antigos, já consolidados e de longa tradição, como Itabuna/Ilhéus (3,05%), Campina Grande (3,11%) e Caruaru (3,12%).

Abaixo da média obtida para o conjunto dos 28 centros e para o Nordeste ficou o crescimento da Classe 1 (entre 50.001 e 100 mil habitantes), com 3,95% e, por último, a Classe 5 (acima de 1 milhão), com 3,92%.

Dos 10 centros que compõem a Classe 1, seis apresentaram resultados abaixo da média regional. As taxas mais altas foram observadas em Arapiraca (6,48%) e em Caxias (6,20%). Vitória de Santo Antão e Paulo Afonso mantiveram-se perto da média regional: 4,32% e 4,89%, respectivamente.

O desempenho da Classe 5, formada pelas três Regionais Metropolitanas, e consequência da pequena taxa de Recife (2,40% ao ano). O maior aumento ocorreu em Fortaleza (5,54% ao ano). Salvador cresceu 4,67% ao ano.

Crescimento do Emprego no Setor Formal

A taxa mais elevada de crescimento do número total de empregos ocorreu na Classe 2 (100 mil - 250 mil hab.), com 8,77% ao ano, destacando-se Imperatriz (17,33%) e Petrolina/Juazeiro (13,30%). A primeira cidade tem-se beneficiado de sua localização geográfica, sendo ainda ponto de entroncamento rodoviário e de apoio a diversos projetos governamentais. Petrolina/Juazeiro, importante centro de distribuição do sertão nordestino, tem nos projetos de irrigação um forte estímulo, ao lado do desenvolvimento de projetos industriais incentivados pela SUDENE e pelos governos estaduais.

Segue-se, pela ordem, a Classe 3 (capitais de seis estados), cujo emprego total cresceu 7,98% ao ano, com destaque para São Luís (11,37%) e Teresina/Timon (11,34%). Surpreende a taxa de São Luís, em virtude de ter registrado o menor crescimento populacional entre os 28 centros (1,96% ao ano). Nesta cidade, a maior variação setorial coube a prestação de serviços (23,54% ao ano), que apresentou uma média mensal de pessoal ocupado extremamente elevada em 1980, se comparada com o emprego total do setor ao final do exercício.

A próxima classe agrupa os centros menores do conjunto (entre 50 mil e 100 mil habitantes), cujos empregos totais cresceram 7,26% ao ano. As taxas mais elevadas foram verificadas em Arapiraca (11,63%), Caxias (10,43%) e Paulo Afonso (10,43%). O menor índice ficou com Patos, o menor dos centros urbanos estudados, com 2,32%. Essa taxa foi influenciada pela redução nos empregos em administração pública, que passaram de 2.268 em 1970 para 912 em 1980, uma variação total negativa de 59,79%, correspondente a uma queda anual de 8,71%. Nos demais setores, Patos apresentou os seguintes resultados: 10,47% na indústria, 7,93% no comércio, e 6,68 na prestação de serviços.

Por último, tem-se a Classe 5 (regiões metropolitanas), cujo emprego total cresceu 6,64%, influenciado pelo fraco desempenho de Recife, sobretudo no setor industrial.

Com respeito ao emprego setorial, a Classe 1 sobressaiu-se na indústria (9,21%); a Classe 2 no comércio (8,31%) e na administração pública (7,33%); e a Classe 3 no setor de prestação de serviços (8,31%).

Cabe registrar que o desempenho relativo mais alto nas classes inferiores pode estar refletindo a pequena base do emprego no início da década, combinado com a entrada destes centros em um novo patamar de economias de aglomeração, que lhes permite crescer mais aceleradamente.

V. DESEMPENHO DE CADA CENTRO URBANO

Este capítulo apresenta as taxas de crescimento anual da população urbana, do emprego total e por setores, nos 28 centros, por ordem decrescente. Os centros estão divididos em três grupos: a) os que apresentaram crescimento acima da média do conjunto; b) os que cresceram abaixo da média do grupo, porém acima da variação da população; e c) os que registraram taxas abaixo do aumento populacional. As informações constam das Tabelas 12 a 17, em anexo.

. População Urbana - Crescimento Médio: 4,18%

a) Crescimento populacional acima ou igual à média do conjunto (em porcentagem):

Imperatriz (12,41), Teresina (7,19), Arapiraca (6,48), Caxias (6,20), Petrolina/Juazeiro (5,95), Feira de Santana (5,79), Fortaleza (5,54), Natal (5,02), Paulo Afonso (4,89), Salvador (4,67), João Pessoa (4,62), Maceió (4,56), Mossoró (4,44), Vitória de Santo Antão (4,32), Aracaju (4,21), Vitória da Conquista (4,20) e Crato/Juazeiro do Norte (4,18).

b) Crescimento populacional abaixo da média do conjunto (em porcentagem):

Alagoinhas (3,56), Parnaíba (3,28), Sobral (3,17), Caruaru (3,12), Campina Grande (3,11), Itabuna/Ilheus (3,05), Patos (3,03), Jequié (2,98), Garanhuns (2,70), Recife (2,40), São Luís (1,96).

. Emprego Total (nos quatro setores) - Crescimento Médio: 7,28%

a) Crescimento acima ou igual à média do conjunto (em porcentagem)

Imperatriz (17,33), Petrolina/Juazeiro (13,30), Arapiraca (11,63), São Luís (11,37), Teresina (11,34), Caxias (10,43), Paulo Afonso (9,78), Vitória da Conquista (9,17), Parnaíba (9,03), Mossoró (8,92), Itabuna/Ilheus (8,53), Fortaleza (8,34), Feira de Santana (8,32), Jequié (7,73), Salvador (7,58).

b) Crescimento abaixo da média, porém superior ao aumento da população do conjunto (em porcentagem):

Crato/Juazeiro do Norte (7,04), Natal (6,72), Aracaju (6,70), Maceió (6,69), Campina Grande (6,63), Vitória de Santo Antão (6,62), Alagoinhas (6,57), Sobral (6,53), João Pessoa (6,11), Caruaru (5,84), Recife (5,05), Garanhuns (4,38).

c) Crescimento inferior ao aumento da população do conjunto (em porcentagem):

Patos (2,32)

Emprego Industrial - Crescimento Médio: 7,27% ao ano

- a) Crescimento acima ou igual a media do conjunto (em porcentagem):

Arapiraca (22,38), Imperatriz (22,11), Petrolina/Juazeiro (11,66), Natal (12,75), Vitoria de Santo Antão (12,36), Patos (10,47), Feira de Santana (10,04), Teresina (9,98), Fortaleza (9,25), Mossoro (9,10), Vitoria da Conquista (8,95), Itabuna/Ilhéus (8,89), Salvador (8,40), Crato/Juazeiro do Norte (8,18), Alagoinhas (7,87), Parnaíba (7,65), João Pessoa (7,45).

- b) Crescimento abaixo da média, porem superior ao aumento da população do conjunto (em porcentagem):

Garanhuns (6,47), Sobral (6,36), Aracaju (6,33), Campina Grande (6,12), Caruaru (6,10), São Luis (6,08), Caxias (5,57), Paulo Afonso (4,32).

- c) Crescimento inferior ao aumento da população do conjunto (em porcentagem):

Recife (3,96) e Maceio (3,36).

Emprego Comercial - Crescimento Médio: 6,78% ao ano

- a) Crescimento acima ou igual a media do conjunto (em porcentagem):

Imperatriz (15,33), Petrolina/Juazeiro (12,39), Caxias (11,73), Paulo Afonso (10,93), Vitoria da Conquista (10,03), São Luis (10,02), Teresina (9,67), Arapiraca (8,10), Jequié (7,95), Patos (7,93), Nacelô (7,92), Feira de Santana (7,71), Itabuna/Ilhéus (7,45), Natal (6,10), Crato/Juazeiro do Norte (6,83).

- b) Crescimento abaixo da media, porem acima do aumento medio da população urbana (em porcentagem):

Campina Grande (6,62), Alagoinhas (6,11), Salvador (6,09), Caruaru (6,04), Sobral (5,96), Parnaíba (5,93), Aracaju (5,55), João Pessoa (5,31), Recife (5,09), Garanhus (4,55).

- c) Crescimento abaixo do aumento medio da população urbana (em porcentagem):

Vitoria de Santo Antão (3,78)

- Emprego na Prestação de Serviços - Crescimento Médio: 12,43% ao ano

a) Crescimento acima ou igual à média do conjunto (em porcentagem):

São Luís (23,54), Petrolina/Juazeiro (19,23), Paulo Afonso (15,66), Imperatriz (15,48), Teresina (14,80), Maceió (14,39), Itabuna/Ilheus (13,60), Fortaleza (13,50), Salvador (12,79), Natal (12,51).

b) Crescimento abaixo da média, porém acima do aumento médio da população urbana (em porcentagem):

Aracaju (12,42), João Pessoa (12,11), Caxias (11,45), Recife (11,25), Arapiraca (10,69), Jequié (8,79), Vitória de Santo Antão (8,58), Feira de Santana (8,13), Vitória da Conquista (7,78), Mossoró (7,78), Parnaíba (7,78), Campina Grande (7,56), Sobral (7,43), Garanhuns (7,22), Crato/Juazeiro do Norte (7,17), Alagoinhas (7,15), Patos (6,68), Caruaru (6,11).

c) Crescimento abaixo do aumento médio da população urbana (em porcentagem):

Nenhuma

- Emprego na Administração Pública - Crescimento Médio: 4,30% ao ano

a) Crescimento acima da média do conjunto (em porcentagem):

Imperatriz (21,86), Parnaíba (17,03), Mossoró (15,17), Teresina (11,85), Vitória da Conquista (9,11), Caxias (8,98), Arapiraca (8,67), Sobral (8,04), Petrolina/Juazeiro (7,68), São Luís (7,31), Feira de Santana (7,12), Jequié (6,41), Alagoinhas (5,87), Fortaleza (5,20), Itabuna/Ilheus (5,19), Aracaju (5,00), Campina Grande (4,97), Crato/Juazeiro do Norte (4,59), Caruaru (4,44), Paulo Afonso (4,42), Vitória de Santo Antão (4,36), Salvador (4,31).

b) Crescimento abaixo da média, porém acima do aumento médio da população urbana (em porcentagem):

Nenhuma

c) Crescimento abaixo do aumento médio da população urbana (em porcentagem):

Maceió (3,42), João Pessoa (3,17), Recife (2,45), Garanhuns (-0,23), Natal (-1,17) e Patos (-8,71).

VI. CORRELAÇÃO ENTRE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO E CRESCIMENTO DO EMPREGO NO SETOR FORMAL

Conforme mencionado anteriormente, o crescimento urbano em áreas subdesenvolvidas nem sempre é função direta das forças de atração das cidades. Os fatores de expulsão nas áreas de entorno também influenciam, em diferentes graus, a intensidade das correntes migratórias.

Entretanto, mesmo que a "atração" seja fraca, é razoável supor que as pessoas devem se dirigir, preferencialmente, para aqueles centros onde a oferta de empregos, o nível de renda e a disponibilidade de serviços públicos é relativamente maior.

Assim, deve existir uma correlação positiva entre aumento da população e aumento do número de empregos nos centros urbanos de maior porte, visto serem eles, os pontos mais dinâmicos do território.

Neste trabalho, foram correlacionadas as taxas geométricas anuais de crescimento da população urbana com as taxas de crescimento do número de empregos nos 28 centros urbanos, utilizando-se os dados dos Censos de 1970 e 1980.

Para tanto, foram utilizados dois métodos: a correlação simples e a correlação ordinal de Spearman¹⁰.

Os resultados do primeiro mostram que existe uma correlação estatística expressiva entre o crescimento do número de empregos totais, da ordem de 0,75. Este coeficiente é significativo ao nível de 0,005.

São também significativos ao nível de 0,005 os coeficientes de correlação entre crescimento urbano e aumento de número de empregos nos seguintes setores: indústria (0,70); comércio (0,66) e administração pública (0,56).

O aumento de empregos na prestação de serviços não apresentou correlação estatística relevante. O coeficiente encontrado foi de 0,29.

¹⁰ "The Spearman Rank Correlation Coefficient" in SIEGEL, S.; "Non Parametric Statistics"; Mc Graw - Hill Kogakusha, Japão, 1956.

A matriz dos coeficientes de correlação é a seguinte:

Coeficientes de Correlação Simples entre as Taxas de Crescimento da População Urbana e as Taxas de Crescimento do Emprego¹¹

	Δ Pop. Urb.	Δ Total Emp.	Δ Ind.	Δ Com.	Δ Serv.	Δ Ad. Publ.
Δ Pop. Urb.	1,00	-	-	-	-	-
Δ Total Emp.	0,75	1,00	-	-	-	-
Δ Ind.	0,70	0,58	1,00	-	-	-
Δ Com.	0,66	0,80	0,39	1,00	-	-
Δ Serv.	0,29	0,59	0,11	0,55	1,00	-
Δ Ad. Publ.	0,56	0,77	0,31	0,44	0,18	1,00

O segundo método mostra se existe associação ou não entre pares de listas. No presente caso, se a listagem das cidades com maior crescimento populacional difere significativamente da listagem das cidades ordenadas segundo a taxa de crescimento da oferta de emprego. As listas são as que aparecem no capítulo anterior, ou seja, em ordem decrescente das taxas de crescimento.

Apesar das diferenças de ordenamento, a associação ficou demonstrada por meio da obtenção dos seguintes coeficientes, todos significativos: com o total de empregos (0,57); empregos industriais (0,50); prestação de serviços (0,47); comércio (0,44) e administração pública (0,35). Os coeficientes são significativos aos níveis de (0,005), (0,005), (0,01), (0,01) e (0,05) respectivamente, para $df = 26$.

Coeficientes de Correlação Ordinal de Spearman

	Δ População Urbana	Nível de Significação
Δ Pop. Urbana	1,00	-
Δ Total de Empregos	0,57	0,005
Δ Empr. Ind.	0,50	0,005
Δ Empr. Com.	0,44	0,01
Δ Emp. Serv.	0,47	0,01
Δ Emp. Ad. Pública	0,35	0,05

Nota: Os coeficientes são significativos para $df = 26$.

II Δ = Crescimento da População e do Emprego Total ou Setorial.

VII. CONCLUSÕES

As taxas de crescimento econômico do Nordeste, com exceção da agricultura, na década de 70, bem como o aumento relativo ao número de empregos formais na região, superaram em muito as taxas do País, que experimentou, entre 1970 e 1980, os mais altos índices de crescimento de sua história recente.

A participação da região no total de empregos formais do País apresentou melhoria relativa, e a proporção da população urbana empregada na indústria, comércio, serviços e administração pública, apesar de estar ainda abaixo dos índices nacionais, também cresceu no período estudado.

Os 28 centros urbanos do Nordeste com população acima de 50 mil habitantes em 1980, que comandam a rede urbana da região, acompanharam o crescimento da economia regional e mantiveram, no período, sua posição relativa, tanto em termos de população como no número de empregos, com exceção do emprego industrial, que concentrou um pouco mais o número de postos de trabalho nestas cidades.

A manutenção da posição média destes centros urbanos na região não significa que todos tiveram um desempenho uniforme: existe grande variação entre o desempenho de cada centro, individualmente, e as taxas do conjunto. As variações não impediram a existência de correlação positiva entre o crescimento da população e o aumento na oferta de empregos, confirmando o poder de atração destes centros sobre a população da região e a oferta de trabalho como determinantes, ainda que parciais, do crescimento urbano.

Deve ser destacado o fraco desempenho de Recife (a exceção do aumento de empregos no setor serviços), também constatado por Camarano. Segundo a autora, "desde a década de 60, a Região Metropolitana do Recife vem apresentando um menor ritmo de crescimento relativamente as duas outras regiões metropolitanas nordestinas, pela sua menor taxa líquida de migração. Paralelamente, as atividades econômicas dessa área vêm perdendo importância no contexto da economia regional e, conseqüentemente, no total de empregos gerados no Nordeste"¹².

Apesar das elevadas taxas de crescimento da economia, a população (total e urbana) no Nordeste aumentou menos do que a do País, tendo a região apresentado migração líquida negativa de mais de 2,2 milhões de pessoas.

¹²CAMARANO, A.A., "Migração e Estruturas Produtivas: O Caso das Regiões Metropolitanas Nordestinas", Revista Brasileira de Estudos de População, vol. 3, nº 2, julho/dezembro de 1986.

O crescimento econômico ocorrido, assentado em bases modestas, ao lado da existência de grande número de desempregados e subempregados, acumulado ao longo do tempo, não foi suficiente para reter amplo contingente da população. Segundo Guimarães Neto, em 1980, do total da força de trabalho da Região Nordeste, um quarto estava desempregada ou subempregada e um terço constituída por trabalhadores informais¹³.

O problema é reforçado pelos baixos níveis de renda do próprio setor formal. Em 1980, cerca de 75% da PEA de Recife e Fortaleza e cerca de 66% da PEA de Salvador ganhavam menos de 2 salários mínimos mensais.

O esforço realizado na década passada, no sentido de gerar empregos, foi em grande parte anulado pela recessão ocorrida no início da década de 80. De acordo com os dados da FIBGE, no 2º semestre de 1983, comparado com 1980, a queda no total de empregos foi de 8% em Fortaleza, 17,8% em Recife e 11,3% em Salvador.

O importante, não só para o Nordeste, mas para todo o País, é manter um ritmo de crescimento estável, para reduzir os níveis de desemprego e subemprego e aumentar o poder de compra dos assalariados. As políticas de estabilização que adotam a recessão anulam os resultados obtidos nos períodos de crescimento.

No caso específico do Nordeste, além do crescimento estável, é preciso que o desenvolvimento dos diversos segmentos da economia seja integrado. Nos anos 70, a agricultura da região cresceu pouco e não se articulou com o setor secundário, e este último ligou-se mais ao Centro-Sul.

Os programas de irrigação e reforma agrária são fundamentais para estimular as atividades primárias, integrando-as ao desenvolvimento dos outros setores. Os efeitos multiplicadores da agricultura sobre as atividades urbanas auxiliarão no crescimento harmônico das cidades, pois a demanda da população rural estimulará o surgimento de novas atividades urbanas, elevando o volume de empregos e melhorando os níveis de renda nas cidades.

¹³GUIMARÃES NETO, L., op. cit.

ANEXO ESTADÍSTICO

TABELA No. 1
NORDESTE-CENTROS URBANOS COM POP. URBANA TOTAL ACIMA DE 50.000 HAB. EM 1980

CENTROS URBANOS/MUNICIPIOS	ORDEN DE TAMANHO	ESTADO	POPULACAO URBANA TOTAL (1980)
A. REGIOES METROPOLITANAS			
01. RECIFE	1	PERNAMBUCO	2.092.852
Recife			1.184.215
Cabo			82.143
Igarassu			52.379
Itamaraca			6.585
Jaboatão			290.904
Moreno			26.249
Olinda			226.392
Paulista			96.621
São Lourenço da Mata			
02. SALVADOR	2	BAHIA	1.701.500
Salvador			1.504.214
Camacari			76.340
Candeias			42.360
Itaparica			10.377
Lauro de Freitas			23.501
São Francisco do Conde			7.096
Simões Filho			25.594
Vera Cruz			12.018
03. FORTALEZA	3	CEARA	1.502.855
Fortaleza			1.308.919
Aquiraz			37.818
Caucaia			73.345
Maranguape			57.996
Pacatuba			24.777
B. AGLOMERACÖES URBANAS			
04. JOÃO PESCOA	4	PARAIBA	458.000
João Pessoa			326.798
Bayeux			58.572
Cabedelo			18.581
Santa Rita			54.049
05. NATAL	5	RIO G. DO NORTE	436.756
Natal			416.906
Eduardo Gomes (ex-Parnamirim)			19.850
06. TERESINA/TIMON	6	PIAUÍ	394.843
Teresina		PARANHÁO	339.264
Timon			55.579
07. ARACAJU	8	SERGIPE	293.619
Aracaju			288.106
Barra dos Coqueiros			5.513
08. SÃO LUIS	9	PARANHÁO	266.970
São Luis			247.622
Paco do Lumiar			589
São José do Ribamar			18.759
09. ITABUNA/ILHEUS	12	BAHIA	218.116
Itabuna			137.431
Ilheus			80.685
10. CRATO/JUAZEIRO DO NORTE	13	CEARA	184.447
Crato			58.354
Juazeiro do Norte			126.093
11. PETROLINA/JUAZEIRO	14	PERNAMBUCO	139.008
Petrolina		BAHIA	74.671
Juazeiro			64.337
C. CIDADES ISOLADAS			
12. Azeito	7	ALAGOAS	392.994
13. Feira de Santana	10	BAHIA	231.572
14. Cassina Grande	11	PARAIBA	228.303
15. Caruaru	15	PERNAMBUCO	138.457
16. Vitória da Conquista	16	BAHIA	127.652
17. Rossari	17	RIO G. DO NORTE	125.901
18. Ipanematriz	18	PARANHÁO	111.818
19. Arapiraca	19	ALAGOAS	87.340
20. Jequié	20	BAHIA	87.116
21. Sobral	21	CEARA	82.301
22. Alagoanhas	22	BAHIA	79.634
23. Parnaíba	23	PIAUÍ	78.718
24. Garanhuns	24	PERNAMBUCO	67.381
25. Vitória de Santo Antão	25	PERNAMBUCO	63.619
26. Paulo Afonso	26	BAHIA	62.066
27. Cascas	27	PARANHÁO	56.755
28. Patos	28	PARAIBA	54.049
T O T A L			9.761.692

TABELA No. 2 -

BRASIL E NORDESTE - Crescimento do PIB, da Agricultura e
da Industria - 1970/1980

(Em %).

ITENS	BRASIL	NORDESTE
PIB Total	118,9	135,7
Agricultura	66,1	59,4
Industria	131,3	142,0

FONTE: 1) Brasil - FGV/IBRE/DCS - Centro de Contas Nacionais
2) Nordeste - SUDENE/CPR - Divisao de Contas Regionais

NOTA : Para o calculo do crescimento no periodo, considerou-se
a variacao da media do trienio 1979/1981 em relacao à
media do trienio 1969/1971.

TABELA No. 3

BRASIL, NORDESTE E CENTROS URBANOS
Crescimento da População Urbana - 1970/1980

	1970	1980	Variacao Total	TGA
	(1000)	(1000)	(%)	(%)
BRASIL	52.109	80.479	54,4	4,4
NORDESTE	11.981	17.960	49,9	4,1
CENTROS URBANOS	6.479	9.762	50,7	4,2

FONTE: FIBGE, Censo Demografico, 1970/1980

NOTA : TGA - Taxa Anual de Crescimento (Geometrica)

TABELA No. 4

Taxas Anuais de Crescimento da Populacao Urbana,
segundo as Regioes, 1940/1980

(Em %)

PERIODOS	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	C. OESTE	BRASIL
1940/1950	3,7	3,5	4,0	3,8	4,6	3,8
1950/1960	5,4	5,0	5,2	6,8	9,5	5,5
1960/1970	5,3	4,6	5,1	5,2	9,0	5,2
1970/1980	6,4	4,1	4,0	5,0	7,7	4,4

FORTE: FIBGE - Censos Demograficos, 1940/1980

TABELA No. 5

Distribuicao Percentual da Populacao Urbana,
segundo as Regioes, 1940/1980

(Em %)

ANOS	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	C. OESTE	BRASIL
1940	3,1	26,2	56,2	12,4	2,1	100,0
1950	3,1	25,2	57,1	12,3	2,3	100,0
1960	3,1	24,0	55,6	14,0	3,3	100,0
1970	3,1	22,6	55,5	14,1	4,7	100,0
1980	3,8	21,8	53,3	14,8	6,3	100,0

FONTE: FIBGE - Censos Demograficos, 1940/1980

TABELA No. 6

Grau de Urbanizaco, segundo as Regies - 1940/1980

(Em %)

ANOS	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	C. OESTE	BRASIL
1940	27,7	23,4	39,4	27,7	21,5	31,2
1950	31,5	26,4	47,5	29,5	24,4	36,2
1960	37,8	34,2	57,4	37,6	35,0	45,1
1970	45,2	41,8	72,8	44,6	48,2	56,0
1980	51,6	50,5	82,8	62,4	67,8	67,6

FONTE: FIBGE - Censos Demograficos, 1940/1980

NOTA : Grau de Urbanizaco = Pop. Urbana/Pop. Total

TABELA No. 7

Numero de Empregos na Industria, Comercio, Prest. de Servicos,
e Administracao Publica - 1970/1980

(Em 1000)

UNIDADE GEOGRAFICA/ SETORES	1970 (1000)	1980 (1000)	Crescimento Total (%)	TGA (%)
BRASIL				
Industria	2.652	4.923	85,6	6,38
Comercio	1.705	3.035	80,9	6,11
P. Servicos	871	2.620	200,8	11,64
A. Publica	1.152	1.722	49,5	4,10
T O T A L	6.380	12.350	93,6	6,83
NORDESTE				
Industria	279	534	91,4	6,71
Comercio	379	775	104,5	7,41
P. Servicos	148	452	105,4	7,46
A. Publica	225	300	60,0	4,31
T O T A L	1.031	2.121	105,7	7,48
DEMAIS REGIOES				
Industria	2.373	4.389	84,9	6,34
Comercio	1.326	2.310	74,2	5,71
P. Servicos	723	2.168	199,9	11,61
A. Publica	927	1.302	46,9	3,92
T O T A L	5.349	10.229	91,2	6,70
CENTROS URBANOS				
Industria	156	314	101,3	7,25
Comercio	187	357	90,9	6,68
P. Servicos	82	264	221,9	12,40
A. Publica	157	240	52,9	4,34
T O T A L	582	1.175	101,9	7,28

FONTE: Empregos na Industria, Comercio e P. Servicos - FIBGE,
Censos Economicos, 1970/1980
Adm. Publica-FIBGE, Censos Demograficos, 1970/1980 (PEA
alocada ao setor).

TABELA No. 08

Percentagem da População Urbana Empregada nos Diversos Setores
1970/1980

EMPREGO SETORIAL E TOTAL / POPULACAO URBANA	BRASIL	NORDESTE	DEMAIS REGIOES	CENTROS URBANOS
Industria				
1970	5,0	2,3	5,9	2,4
1980	6,1	3,0	7,0	3,2
Comercio				
1970	3,2	3,2	3,3	2,9
1980	3,8	4,3	3,7	3,7
Prest. de Servicos				
1970	1,6	1,2	1,8	1,3
1980	3,3	2,5	3,5	2,7
Adm. Publica				
1970	2,2	1,9	2,3	2,4
1980	2,1	2,0	2,2	2,5
T O T A L				
1970	12,1	8,6	13,3	9,0
1980	15,3	11,8	16,4	12,0

FUNTE: (Dados Primarios) - FIBGE

TABELA No. 9

Participação do Nordeste e Demais Regiões no
Total de Empregos do País - 1970/1980

(Em %)

SETORES/ANOS	NORDESTE / BRASIL	DEMAIS REGIÕES / BRASIL
INDUSTRIA		
1970	10,5	89,5
1980	10,8	89,2
COMERCIO		
1970	22,1	77,8
1980	25,1	74,9
P. SERVICOS		
1970	17,0	83,0
1980	17,3	82,7
A. PUBLICA		
1970	19,5	80,5
1980	20,9	79,1
TOTAL		
1970	16,2	83,8
1980	17,2	82,8

FONTE: (Dados Primarios) - FIBGE

TABELA No. 10

Participação dos Centros Urbanos nos Empregos do Nordeste
1970/1980

(Em %)

SETORES/ANOS	CENTROS URBANOS : NORDESTE :
INDUSTRIA	
1970	55,9
1980	58,8
COMERCIO	
1970	49,3
1980	46,1
P. SERVICOS	
1970	55,4
1980	58,4
A. PUBLICA	
1970	69,8
1980	66,7
TOTAL	
1970	56,5
1980	55,4

FONTE: (Dados Primarios) - FIBGE

TABELA No. 11

Crescimento da População e do Emprego nos Centros Urbanos
por Classe de Tamanho - 1970/1980

CENTROS URBANOS	1970	1980	CRESCIMENTO TOTAL EM %	TAG %
>1.000.000 HABITANTES (RECIFE, SALVADOR E FORTALEZA)				
População Urbana	3.605.935	5.297.207	46,90	3,92
Empregos Industria	102.917	194.625	89,11	6,58
Empregos Comercio	101.080	177.952	57,25	4,63
Empregos Servicos	45.609	146.170	220,48	12,35
Empregos Adm. Publica	89.354	127.715	42,93	3,63
Empregos Total	339.760	646.462	90,27	6,64
Ind/P. Urbana	2,85%	3,67%	-	-
Com/P. Urbana	2,83%	3,36%	-	-
Ser/P. Urbana	1,26%	2,76%	-	-
Adm/P. Urbana	2,48%	2,41%	-	-
Total/P. Urbana	9,42%	12,20%	-	-
500.000 - 1.000.000 (NENHUM CENTRO)				
250.001 - 500.000 (JOAO PESSOA, NATAL, TERESINA, ARACAJU, SAO LUIS E MACEIO)				
População Urbana	1.422.564	2.243.182	57,69	4,66
Empregos Industria	26.982	57.565	113,34	7,87
Empregos Comercio	39.652	82.503	109,47	7,60
Empregos Servicos	16.056	66.253	499,25	19,61
Empregos Adm. Publica	40.712	76.000	57,66	4,63
Empregos Total	131.402	283.121	115,46	7,98
Industria/P. Urbana	1,90%	2,57%	-	-
Com/P. Urbana	2,79%	3,68%	-	-
Ser/P. Urbana	1,13%	2,95%	-	-
Adm/P. Urbana	3,42%	3,42%	-	-
Total/P. Urbana	9,24	12,62	-	-
100.001 - 250.000 (ITABUNA/ILHEUS, CRATO/JUAZEIRO DO NORTE, PETROLINA/JUAZEIRO, FEIRA DE SANTANA, CAMPINA GRANDE, CARUARU, VITORIA DA CONQUISTA, MOSSORO E IMPERATRIZ)				
População Urbana	962.585	1.502.274	56,07	4,55
Empregos Industria	19.969	45.542	140,00	9,15
Empregos Comercio	30.229	67.144	122,12	8,31
Empregos Servicos	14.160	37.575	165,36	18,25
Empregos Adm. Publica	11.815	23.971	102,89	7,33
Empregos Total	76.173	174.232	131,77	8,77
Industria/P. Urbana	1,97%	3,03%	-	-
Comercio/P. Urbana	3,14%	4,47%	-	-
Servico/P. Urbana	1,47%	2,50%	-	-
Adm/P. Urbana	1,23%	1,60%	-	-
Total/P. Urbana	7,81%	11,60%	-	-
50.001 - 100.000 (ARAPIRACA, JEQUIE, SERRAL, ALAGOINHAS, PARNAIBA, GARANHUNS, VITORIA DE SANTO ANTAO, PAULO AFONSO, CAXIAS E PATOS)				
População Urbana	487.996	719.029	47,34	3,95
Empregos Industria	6.732	16.244	141,30	9,21
Empregos Comercio	14.763	28.902	96,32	6,98
Empregos Servicos	5.934	13.873	133,71	8,84
Empregos Adm. Publica	7.610	11.540	51,64	4,25
Empregos Total	35.041	70.639	101,58	7,28
Ind/P. Urbana	1,38%	2,26%	-	-
Com/P. Urbana	3,03%	4,03%	-	-
Serv/P. Urbana	1,22%	1,93%	-	-
Adm/P. Urbana	1,56%	1,60%	-	-
Total/P. Urbana	7,18%	9,82%	-	-

FONTE: (Dados Primarios) - FIBGE

TABELA No. 12

POPULACAO URBANA DOS CENTROS - 1970/1980

CENTROS URBANOS	1970	1980	Cresc. Total (Em %)	TGA (%)
A - REGIOES METROPOLITANAS				
01. Recife	1.651.260	2.092.852	26,74	2,40
02. Salvador	1.078.033	1.701.500	57,83	4,67
03. Fortaleza	876.642	1.502.855	71,43	5,54
B - AGLOMERACOES URBANAS				
04. Joao Pessoa	291.640	458.000	57,04	4,62
05. Natal	267.601	436.756	63,21	5,02
06. Teresina/Timon	197.264	394.843	100,16	7,19
07. Aracaju	194.463	293.619	50,99	4,21
08. Sao Luis	219.974	266.970	21,36	1,96
09. Itabuna/Ilheus	161.478	218.116	35,07	3,05
10. Crato/Juazeiro do Norte	122.504	184.447	50,56	4,18
11. Petrolina/Juazeiro	77.985	139.008	78,25	5,95
C - CIDADES ISOLADAS				
12. Maceio	251.622	392.994	56,18	4,56
13. Feira de Santana	131.844	231.572	75,64	5,79
14. Campina Grande	168.045	228.303	35,86	3,11
15. Caruaru	101.862	138.457	35,93	3,12
16. Vitoria da Conquista	84.597	127.652	50,94	4,20
17. Mossoro	79.562	122.901	54,47	4,44
18. Imperatriz	34.709	111.818	222,16	12,41
19. Arapiraca	46.617	87.340	87,36	6,48
20. Jequeie	64.980	87.116	34,07	2,98
21. Sobral	60.236	82.301	36,63	3,17
22. Alagoinhas	56.139	79.684	41,94	3,56
23. Parnaiba	57.031	78.718	38,03	3,28
24. Garanhuns	51.619	67.381	30,54	2,70
25. Vitoria de Santo Antao	41.682	63.619	52,63	4,32
26. Paulo Afonso	38.494	62.066	61,23	4,89
27. Caxias	31.089	56.755	82,56	6,20
28. Patos	40.109	54.049	34,76	3,03
T O T A L	6.478.991	9.761.692	50,67	4,18

FONTE: FIBGE

TABELA No. 13

Emprego Total (Industria + Comercio + Servicos + Adm. Publica)
nos Centros Urbanos - 1970/1980

CENTROS URBANOS	1970	1980	Cresc. Total (Em %)	TGA (%)
A - REGIOES METROPOLITANAS				
01. Recife	161.285	263.931	63,64	5,05
02. Salvador	100.333	208.402	107,71	7,58
03. Fortaleza	78.142	174.129	122,84	8,34
B - AGLOMERACOES URBANAS				
04. Joao Pessoa	28.050	50.735	80,87	6,11
05. Natal	27.764	53.181	91,55	6,72
06. Teresina/Timon	15.306	44.820	192,83	11,34
07. Aracaju	17.537	33.537	91,24	6,70
08. Sao Luis	18.674	54.839	193,66	11,37
09. Itabuna/Ilheus	10.515	23.835	126,68	8,53
10. Crato/Juazeiro do Norte	8.297	16.375	97,36	7,04
11. Petrolina/Juazeiro	6.651	23.187	248,62	13,30
C - CIDADES ISOLADAS				
12. Maceio	24.071	46.009	91,14	6,69
13. Feira de Santana	13.173	29.288	122,33	8,32
14. Campina Grande	12.841	23.722	90,06	6,63
15. Caruaru	9.126	16.102	76,44	5,84
16. Vitoria da Conquista	4.902	11.785	140,41	9,17
17. Mossoro	6.883	16.171	134,94	8,92
18. Imperatriz	2.785	13.767	394,33	17,33
19. Arapiraca	3.127	9.398	200,54	11,63
20. Jequie	3.573	7.522	110,52	7,73
21. Sobral	5.213	9.814	88,26	6,53
22. Alagoinhas	3.239	6.120	88,95	6,57
23. Parnaiba	3.674	8.724	137,45	9,03
24. Garanhuns	4.644	7.129	53,51	4,38
25. Vitoria de Santo Antao	3.496	6.635	89,79	6,62
26. Paulo Afonso	1.054	3.823	154,19	9,78
27. Caxias	2.231	6.017	169,70	10,43
28. Patos	4.340	5.457	25,74	2,32
T O T A L	581.376	1.174.454	102,01	7,28

FONTE: FIBGE

TABELA No. 14

EMPREGO INDUSTRIAL NOS CENTROS URBANOS
1970/1980

CENTROS URBANOS	1970	1980	Cresc. Total (Em %)	TUA (%)
A - REGIOES METROPOLITANAS				
01. Recife	52.690	77.728	47,51	3,96
02. Salvador	26.086	58.387	123,98	8,40
03. Fortaleza	24.159	58.510	142,19	9,25
B - AGLOMERACOES URBANAS				
04. Joao Pessoa	6.774	13.902	105,23	7,45
05. Natal	4.937	16.397	232,13	12,75
06. Teresina/Timon	2.542	6.579	158,81	9,98
07. Aracaju	4.085	7.543	84,65	6,33
08. Sao Luis	2.703	4.879	80,50	6,08
09. Itabuna/Ilheus	1.671	3.917	134,41	8,89
10. Crato/Juazeiro do Norte	2.127	4.671	119,61	8,18
11. Petrolina/Juazeiro	1.405	5.056	259,86	13,66
C - CIDADES ISOLADAS				
12. Maceio	5.941	8.265	39,12	3,36
13. Feira de Santana	3.143	8.183	160,36	10,04
14. Campina Grande	4.348	7.873	81,07	6,12
15. Caruaru	2.739	4.952	80,80	6,10
16. Vitoria da Conquista	756	1.781	135,58	8,95
17. Mossoro	2.285	5.460	138,95	9,10
18. Imperatriz	495	3.649	637,17	22,11
19. Arapiraca	404	3.044	653,47	22,38
20. Jequeie	789	1.569	98,86	7,12
21. Sobral	1.806	3.346	85,27	6,36
22. Alagoinhas	585	1.248	113,33	7,87
23. Parnaiba	575	1.202	109,04	7,65
24. Garanhuns	996	1.865	87,25	6,47
25. Vitoria de Santo Antao	583	1.869	220,58	12,36
26. Paulo Afonso	175	267	52,57	4,32
27. Caxias	388	667	71,91	5,57
28. Patos	431	1.167	170,77	10,47
T O T A L	155.600	313.976	101,78	7,27

FONTE: FIBGE

TABELA No. 15

EMPREGO COMERCIAL NOS CENTROS URBANOS
1970/1980

CENTROS URBANOS	1970	1980	Cresc. Total (Em %)	TGA (%)
A - REGIOES METROPOLITANAS				
01. Recife	45.633	74.953	64,25	5,09
02. Salvador	31.819	57.482	80,65	6,09
03. Fortaleza	24.428	45.517	86,33	6,42
B - AGLOMERACOES URBANAS				
04. Joao Pessoa	7.994	13.414	67,80	5,31
05. Natal	7.456	14.806	98,56	7,10
06. Teresina/Timon	5.124	12.902	151,80	9,67
07. Aracaju	5.748	9.869	71,69	5,55
08. Sao Luis	6.471	16.808	159,74	10,02
09. Itabuna/Ilheus	4.528	9.286	105,08	7,45
10. Crato/Juazeiro do Norte	3.456	6.693	93,66	6,83
11. Petrolina/Juazeiro	2.749	8.843	221,68	12,39
C - CIDADES ISOLADAS				
12. Maceio	6.859	14.704	114,38	7,92
13. Feira de Santana	5.681	11.941	110,19	7,71
14. Campina Grande	4.461	8.470	89,87	6,62
15. Caruaru	3.420	6.145	79,68	6,04
16. Vitoria da Conquista	2.161	5.622	160,16	10,03
17. Mossoro	2.390	4.385	83,47	6,26
18. Imperatriz	1.383	5.759	316,41	15,53
19. Arapiraca	1.751	3.817	117,99	8,10
20. Jeque	1.486	3.194	114,94	7,95
21. Sobral	2.168	3.868	78,41	5,96
22. Alagoinhas	1.255	2.271	80,96	6,11
23. Parnaiba	1.821	3.238	77,81	5,93
24. Garanhuns	1.708	2.664	55,97	4,55
25. Vitoria de Santo Antao	1.830	2.653	44,97	3,78
26. Paulo Afonso	559	1.577	182,11	10,93
27. Caxias	1.143	3.465	203,15	11,73
28. Patos	1.042	2.235	114,49	7,93
T O T A L	186.524	359.281	92,62	6,87

FONTE: FIBGE

TABELA No. 16

EMPREGO NA PRESTACAO DE SERVICOS NOS CENTROS URBANOS
1970/1980

CENTROS URBANOS	1970	1980	Cresc. Total (Em %)	TGA (%)
A - REGIOES METROPOLITANAS				
01. Recife	19.059	55.331	190,31	11,25
02. Salvador	15.403	51.309	233,11	12,79
03. Fortaleza	11.147	39.530	254,62	13,50
B - AGLOMERACOES URBANAS				
04. Joao Pessoa	2.976	9.333	213,61	12,11
05. Natal	3.521	11.443	224,99	12,51
06. Teresina/Timon	2.107	8.377	297,58	14,80
07. Aracaju	2.243	7.233	222,47	12,42
08. Sao Luis	2.225	18.425	728,09	23,54
09. Itabuna/Ilheus	1.809	6.474	257,88	13,60
10. Crato/Juazeiro do Norte	1.755	3.509	99,44	7,17
11. Petrolina/Juazeiro	1.093	6.346	5,81	19,23
C - CIDADES ISOLADAS				
12. Macelo	2.984	11.442	283,45	14,39
13. Feira de Santana	2.632	5.749	118,43	8,13
14. Campina Grande	1.857	3.847	107,16	7,56
15. Caruaru	1.592	2.881	80,97	6,11
16. Vitoria da Conquista	1.317	2.785	111,47	7,78
17. Mossoro	1.376	2.910	111,48	7,78
18. Imperatriz	729	3.074	321,67	15,48
19. Arapiraca	656	1.811	176,07	10,69
20. Jeque	744	1.728	132,26	8,79
21. Sobral	714	1.462	104,76	7,43
22. Alagoinhas	559	1.115	99,46	7,15
23. Parnaiba	693	1.466	111,54	7,78
24. Garanhuns	684	1.373	100,73	7,22
25. Vitoria de Santo Antao	609	1.387	127,75	8,58
26. Paulo Afonso	289	1.238	328,37	15,66
27. Caxias	389	1.150	195,63	11,45
28. Patos	599	1.143	90,82	6,68
T O T A L	81.761	263.871	222,73	12,43

FONTE: FIBGE

TABELA No. 17

EMPREGO NA ADMINISTRACAO PUBLICA NOS CENTROS URBANOS
1970/1980

CENTROS URBANOS	1970	1980	Cresc. Total (Em %)	TGA (%)
A - REGIOES METROPOLITANAS				
01. Recife	43.903	55.919	27,37	2,45
02. Salvador	27.043	41.224	52,44	4,31
03. Fortaleza	18.408	30.572	66,08	5,20
B - AGLOMERACOES URBANAS				
04. Joao Pessoa	10.306	14.086	36,68	3,17
05. Natal	11.850	10.535	-11,10	-1,17
06. Teresina/Timon	5.533	16.962	206,56	11,85
07. Aracaju	5.461	8.892	62,82	5,00
08. Sao Luis	7.275	14.727	102,43	7,31
09. Itabuna/Ilheus	2.507	4.158	65,86	5,19
10. Crato/Juazeiro do Norte	959	1.502	56,62	4,59
11. Petrolina/Juazeiro	1.404	2.942	109,54	7,68
C - CIDADES ISOLADAS				
12. Maceio	8.287	11.598	39,95	7,68
13. Feira de Santana	1.717	3.415	98,89	7,12
14. Campina Grande	2.175	3.532	62,39	4,97
15. Caruaru	1.375	2.124	54,47	4,44
16. Vitoria da Conquista	668	1.597	139,07	9,11
17. Mossoro	832	3.416	310,58	15,17
18. Imperatriz	178	1.285	7,22	21,86
19. Arapiraca	316	726	129,75	8,67
20. Jequie	554	1.031	86,10	6,41
21. Sobral	525	1.138	116,76	8,04
22. Alagoinhas	840	1.486	76,90	5,87
23. Parnaiba	585	2.818	381,71	17,03
24. Garanhuns	1.256	1.227	-2,31	-0,23
25. Vitoria de Santo Antao	474	726	53,17	4,36
26. Paulo Afonso	481	741	54,05	4,42
27. Caxias	311	735	136,33	8,98
28. Patos	2.268	912	-59,79	-8,71
T O T A L	157.491	240.026	52,41	4,30

FONTE: FIBGE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALEXANDER, J.W.- The Basic - Nonbasic Concept of Urban Economic Functions. In: MAYER, H.M. & KOHN, C.F. (ed). Readings in Urban Geography. Chicago: The University of Chicago Press, 1971.
2. ANDRADE, T.A. & LODDER, C.A.- Sistema Urbano e Cidades Médias no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979 (Relatório de Pesquisa, 43).
3. CAMARAND, A.A.- Migração e Estrutura Produtiva: O Caso das Regiões Metropolitanas Nordestinas. Revista Brasileira de Estudos de População, 3 (2): 23-46, jul/dez. 1986.
4. ---.-Urbanização e Metropolização na Região Nordeste: versão preliminar. Brasília: IPEA/IPLAN/CES, set. 1987.
5. GUIMARÃES NETO, L. Notas sobre o Emprego e a Indústria no Nordeste. In: SEMINÁRIO INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. Brasília, 1984.-Anais do ... Brasília: IPEA/CEPAL, 1984. p. 267-316.
6. IBGE. Censo Comercial. Rio de Janeiro, 1975. 25v. (Recenseamento geral do Brasil 1970, 8).
7. ---.-Censo Comercial. Rio de Janeiro, 1984. 26v. (Recenseamento geral do Brasil 1980, 9).
8. ---.-Censo Demográfico. Rio de Janeiro, 1973. 24v. (Recenseamento geral do Brasil 1970, 8).
9. ---.-Censo Demográfico Rio de Janeiro, 1982-1983. 26v. (Recenseamento geral do Brasil 1980, 9).
10. ---.-Censo dos Serviços. Rio de Janeiro, 1975. 25v. (Recenseamento geral do Brasil 1970, 8).
11. ---.-Censo dos Serviços. Rio de Janeiro, 1984. 26v. (Recenseamento geral do Brasil 1980, 9).
12. ---.-Censo Industrial. Rio de Janeiro, 1974. 26v. (Recenseamento geral do Brasil 1970, 8).

13. ---.-Censo Industrial; dados gerais. Rio de Janeiro, 1984. 26v.
(Recenseamento geral do Brasil 1980, 9).
14. ---.-Inquéritos Especiais. Rio de Janeiro, 1984. diversos vol.
(Recenseamento geral do Brasil 1980, 9).
15. ---.-Regiões de Influência das Cidades. Rio de Janeiro, 1987.
16. LU. M.; VETTER, D. & RIZZIERI, J.-Cidades de Porte Médio e Desenvolvimento Nacional: Proposta de Centros Urbanos para CPM II. Brasília: MINTER/SDU/CPM, 1984. Cópia xerox.
17. MARTINE, G. Notas sobre os Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1980. Brasília: IPEA, Abr. 1981. "Projeto OIT/CNRH/IPEA". Cópia xerox.
18. SINGER, P.-Economia Política da Urbanização. São Paulo: Brasiliense/CEBRAP, 1975.

PUBLICAÇÕES DO IPLAN

O IPLAN publica regularmente os seguintes tipos de trabalho: Notas para Discussão (ND), Textos para Discussão (TD) e Estudos para o Planejamento (EP), bem como informes de Acompanhamento de Políticas Públicas (APP). As Notas para Discussão, os Textos para Discussão e os informes de Acompanhamento foram, até julho de 1988, publicados assis-tematicamente, quando então passou-se a adotar numeração seriada, con-tinua.

ND-1-"Energia: Problemas e Perspectivas", Jose Cechin, Edmir S. Moita e Otavio Franco, agosto de 1988. 18p.

ND-2-"Trigo: Falta Ampliar a Concorrência entre os Moinhos", Ri-cardo P. Soares, agosto de 1988. 28p.

ND-3-"Transporte de Carga, Planejamento Energetico e Desenvolvi-mento Regional", Miguel El Afioni, agosto de 1988. 13p.

TD-1-"O GATT e a Política Comercial Brasileira", Renato Baumann, agosto de 1988. 24p.

TD-2-"A Economia Política da Proteção no Brasil e a Rodada Uru-guai", Renato Baumann, setembro de 1988. 22p.

TD-3-"Participação do Menor na Força de Trabalho Brasileira nos Anos Oitenta" (Caracterização e Reflexões), Ricardo Lima e Freda Bür-ger, outubro de 1988, 39p.

TD-4-"Crescimento Urbano e Oferta de Empregos Formais no Nordeste no Período 1970/1980", Edgar Bastos de Souza, outubro de 1988, 40p.

APP-1- Análise de Desempenho do Setor Industrial, janeiro-junho de 1988, Coordenadoria de Indústria e Tecnologia, setembro, 1988, 41p.

APP-2- Indicadores de Conjuntura - Setor Externo, Coordenadoria de Setor Externo, setembro, 1988, 67p.

APP-3- Acompanhamento do Nível de Emprego e Renda, Coordena-doria de Emprego e Salário, setembro, 1988, 49p.

